Câmara Municipal de Ibitinga



Estado de São Paulo

Avenida Dr. Victor Maida, nº 563 – Centro – Ibitinga (SP) – Fone (16) 3352-7840 – CEP 14940-097 Site: www.ibitinga.sp.leg.br / E-mail: informacao@camaraibitinga.sp.gov.br

Dispõe sobre o tempo máximo de espera para realização de procedimentos médicos nas Unidades da Rede Pública Municipal de Saúde e dá outras providências.

(Projeto de Lei Ordinária nº _____/2025, de autoria da Vereadora Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério).

- **Art. 1º As Unidades da Rede P**ública Municipal de Saúde ficam obrigadas a realizar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde com o tempo máximo de espera, a contar do agendamento, de:
- I 20 dias para exames médicos;
- II 30 dias para consulta;
- III 60 dias para cirurgias eletivas.
- IV Consultas num prazo máximo de 3 dias a contar do agendamento, para idosos, valetudinários, portadores de necessidades especiais e gestantes, quando não for o caso de internamento imediato.
- § 1º Excetuam-se do caput deste artigo, as Unidades de Terapia Intensiva e os casos considerados de atendimento de urgência e emergência que exijam atendimento imediato.
- **Art. 2º** Quando o usuário for criança com idade inferior a 10 (dez) anos ou portador de doença grave os prazos previstos neste artigo ficam reduzidos em 1/3 (um terço).
- **Art. 3º** A não observância dos prazos fixados nesta legislação implicará em abertura de processo administrativo pelo Órgão Competente para apuração da responsabilidade.
- Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Dejanir Storniolo", em 03 de novembro de 2025.

ALLINY SARTORI Vereadora - MDB

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer critérios objetivos quanto ao tempo máximo de espera para a realização de procedimentos médicos nas Unidades da Rede Pública Municipal de Saúde de Ibitinga, assegurando aos munícipes o direito à saúde com dignidade, eficiência e tempestividade.

A Constituição Federal, em seu artigo 6°, consagra o direito à saúde como direito social, sendo dever do Estado garanti-lo mediante políticas públicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Ademais, o artigo 196 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Contudo, a realidade enfrentada pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Ibitinga, a exemplo do que ocorre em diversos municípios do país, demonstra a necessidade urgente de normatizar prazos e fluxos, principalmente para a realização de consultas especializadas, exames diagnósticos e cirurgias eletivas.

Longas filas de espera, muitas vezes sem prazo definido para atendimento, comprometem o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e, em última instância, colocam em risco a vida dos pacientes. A ausência de regulamentação específica sobre o tempo de espera torna o sistema vulnerável e prejudica a transparência e o planejamento da gestão da saúde.

Este projeto propõe estabelecer prazos máximos razoáveis, conforme a complexidade e urgência dos casos, permitindo uma melhor organização do sistema, otimizando os recursos disponíveis e garantindo maior controle social sobre o serviço público de saúde.

Além disso, a fixação de prazos contribui para o fortalecimento da gestão pública municipal, que poderá estabelecer metas, avaliar desempenho e adotar medidas de correção em tempo hábil. A iniciativa também oferece ao cidadão um instrumento de cobrança e garantia do direito constitucional à saúde.

Ressalta-se que a presente proposição não pretende impor encargos desproporcionais à Administração Pública, mas sim induzir à melhoria na alocação dos recursos humanos, financeiros e logísticos, com foco na dignidade da pessoa humana e na eficiência do serviço público, princípios que regem a Administração, conforme o artigo 37 da Constituição Federal. Dessa forma, espera-se o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto, que representa um avanço significativo na luta por uma saúde pública mais justa, eficiente e humanizada para todos os cidadãos de Ibitinga.

Ibitinga, 03 de novembro de 2025.

ALLINY SARTORI Vereadora - MDB